

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 262
30 de agosto de 2014

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.

O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.

Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Eu queria, antes de tudo, lembrar a vocês do curso "A Crise da Inteligência Segundo Roger Scruton", que eu vou dar aqui de 24 a 29 de novembro. Estou selecionando alguns textos de Scruton que serão usados como material a ser comentado no curso. Ele tem algumas idéias muito importantes sobre esse assunto, e no curso eu não só irei apresentá-las, como também complementá-las. Há alguns tópicos que ele parece não ter percebido, mas que nós podemos acrescentar sem entrar em choque com o que ele está dizendo. Informações e inscrições com o misterioso sr. Eduy (eduy.ferro@gmail.com; telefone: (041) 9650-9671/3209). Haverá também inscrições *online*, mas como o pessoal que vem para cá gasta um dinheirão para fazer a viagem, não poderemos cobrar barato pelas inscrições para assistir *online*, porque isso seria até uma desfeita para quem está fazendo todo esse esforço e despendendo todo esse dinheiro para a viagem. Creio que daqui a alguns dias as inscrições serão iniciadas.

Eu havia prometido a vocês dar uma aula sobre o senso da verdade. Para entrar no assunto, eu vou, como é normal em filosofia, começar pelo seu oposto. Começarei por algo que poderíamos chamar, usando um título de Mário Ferreira [dos Santos], de "*A Origem dos Grandes Erros Filosóficos*". Eu não tenho essa presunção de rastrear a origem de todos os erros filosóficos, mas [irei rastrear] pelo menos a de um que acabou se revelando fatal e que se repete de tempos em tempos. Analisando essa falha, compreenderemos alguma coisa sobre o senso da verdade: como ele funciona, como preservá-lo e como jamais se afastar dele, na medida, é claro, das possibilidades humanas.

O grande erro a que me refiro apareceu quando Zenão de Eléia enunciou seu famoso paradoxo, que diz que uma pessoa jamais poderia sair da sala onde está, porque para ir do ponto em que está até a porta ela precisaria, primeiro, percorrer metade do caminho; e para percorrer a metade do caminho, precisaria percorrer a metade da metade; e para percorrer a metade da metade, precisaria percorrer a metade da metade da metade, e assim por diante. Do mesmo modo, ele dizia que Aquiles não conseguiria ganhar uma corrida com uma tartaruga, porque também precisaria percorrer metade do caminho, e, para chegar à metade, precisaria chegar à metade da metade, e assim por diante. Esse problema, chamado de "Paradoxo de Zenão de Eléia" — que para mim não é de maneira alguma um paradoxo, é apenas uma

pegadinha muito ridícula, a qual, depois de examinada, veremos que é até indigno um filósofo ter formulado — é um tipo de raciocínio que ainda tem uma importância muito grande não só nos debates filosóficos como [também] na vida cultural em geral. Volta e meia vemos pessoas oferecendo, sobre os mais variados assuntos, argumentos que no fundo têm esta mesma estrutura. Às vezes é um pouco difícil identificá-la, mas com a prática se aprende.

Esse problema de Zenão surge de um outro problema que havia aparecido dentro da escola pitagórica. A história, como se conta nos manuais, como se padronizou e como é repassada para todo mundo, é a seguinte: os pitagóricos acreditavam que os números são entidades sagradas, porque, dizia Pitágoras, "tudo é feito de números". Desse modo, os números eram a substância última da realidade, e, por isso mesmo, eles consideravam que os números eram sagrados. No entanto, isso se refere, evidentemente, aos números inteiros. Quando Pitágoras descobre o seu famoso teorema, que diz que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos, surge um pequeno problema: se o primeiro cateto mede 1 e o segundo mede 2, a proporção entre eles, que é a hipotenusa, não será um número inteiro, mas o chamado número irracional — por exemplo, 1,12717903..., e nunca termina. A história como é contada vulgarmente e é repetida em todos os livros e nos manuais mais populares de História da Filosofia é a de que os pitagóricos ficaram muito desarvorados com isso, porque, se os números eram entidades sagradas, então a existência de números irracionais acabava com a sacralidade dos números e demolia praticamente todo o universo deles. Dizem ainda que o sujeito que divulgou a existência dos números irracionais, um tal de Hipaso, foi assassinado pelos seus colegas, ou, segundo dizem, pelo próprio Pitágoras. Dizem que Pitágoras o estrangulou, acusando-o de ter estragado tudo ao divulgar o número irracional para todo mundo.

A partir da revelação da existência dos números irracionais, segundo se conta, o prestígio sacro dos números inteiros cai e em vez disso se entroniza o mistério do contínuo. Por exemplo, uma linha se compõe de um número infinito de pontos. Inicia-se, então, o problema do infinito, e o infinito — aqui estamos falando do infinito matemático, quantitativo —, por não caber dentro da série dos números inteiros e por não poder ser abrangido por um número inteiro, escapa, de certo modo, do critério da sacralidade dos números segundo Pitágoras. Tudo isso que estou falando é o que está nos manuais e é o que vocês encontrarão em mil livros a respeito. Essa descoberta do infinito desestabiliza o mundo pitagórico, e um dos efeitos desse infausto acontecimento foi, segundo dizem, o surgimento dos paradoxos de Zenão de Eléia — para percorrer uma distância é necessário percorrer sua metade, e para percorrer a metade é necessário percorrer a metade da metade, e, depois, a metade da metade da metade; e assim, portanto, o movimento é impossível. Evidentemente, quando as pessoas ouviam esse raciocínio ficavam muito impressionadas e entravam numa espécie de paralisia mental.

Acontece que quando alguém vê um triângulo retângulo (portanto, um triângulo que obedece ao Teorema de Pitágoras), vê claramente que a *medida* da hipotenusa, de fato, dá um número irracional, e o número irracional não termina nunca. Porém, quem olha para a hipotenusa sabe que ela *termina em algum lugar*, que não é um triângulo infinito; não existe a hipotenusa infinita. A *formulação* desse número sob a forma de uma cifra matemática, baseada no

sistema decimal, é que pode dar um número que não termina mais. Mas a hipotenusa termina; ela tem um tamanho finito. Mas como uma linha finita, ao ser transposta em termos aritméticos, começa a parecer infinita? É evidente que há um engano. O que é infinito é o número, e não a hipotenusa. Isso significa que o número é usado aí como *unidade de medida*. A medida da hipotenusa não é a hipotenusa; a medida de uma linha não é a linha. É outra coisa: é a transposição da linha para uma outra linguagem, passando da linguagem geométrica para a linguagem aritmética.

Notem que na Grécia daquela época [0:10] a geometria de fato se desenvolvera antes da aritmética. Logo, até para fazer contas elementares de aritmética os gregos usavam meios geométricos. Depois foi que se inverteu. Hoje, qualquer criança sabe equacionar figuras geométricas em termos aritméticos e em termos algébricos (a álgebra aparecerá muito depois). No entanto, naquela época eles usavam a própria geometria como meio de fazer as contas, e, naturalmente, na transposição de uma linguagem para outra surgem alguns equívocos. O primeiro deles é confundir a medida da coisa com a [própria] coisa. Zenão erra, portanto, quando confunde uma distância no espaço com a medida dessa distância. Quando ele afirma que para percorrer uma distância é preciso subdividir o espaço na metade, depois na metade da metade, e essa subdivisão não termina nunca, o que eu tenho a dizer é o seguinte: subdividir o espaço é uma expressão absolutamente *nonsense*! Jamais se subdivide o espaço; se subdivide *coisas*. Por exemplo, se, ao fazer uma casa, eu separo o quarto da cozinha, a cozinha da sala de estar etc., não estou subdividindo o espaço: estou subdividindo a casa. O espaço permanece contínuo. Se eu o subdividissem, ele simplesmente deixaria de ser o espaço, que é nada mais do que a possibilidade de conter coisas corpóreas em número ilimitado. Nesse sentido, o espaço, como mera potencialidade, não pode ser subdividido. A expressão “subdividir o espaço” é um absoluto *nonsense*. Zenão erra justamente por achar que ao subdividir, por exemplo, uma sala [em metros] ou uma estrada em quilômetros ou milhas, está efetivamente subdividindo o espaço. Eu digo: não, idiota, você está subdividindo [a sala e] a estrada! O espaço tem de ser contínuo do mesmo modo para que se possa subdividi-las. Se o espaço se subdividissem, a cada subdivisão da estrada num quilômetro, o quilômetro anterior desapareceria, porque o próprio espaço estaria subdividido. Ter-se-ia cortado o espaço em pedaços, o que é incompatível com a própria natureza dele.

A confusão da coisa com a sua medida se tornou o pecado original da filosofia, por assim dizer, e isso se repete de tempos em tempos, tanto que sempre que se encontra alguma imprecisão, indefinição, incapacidade ou impossibilidade de alcançar uma medida correta, todo mundo entra em desespero. Por exemplo, quando apareceu o princípio da incerteza de Heisenberg, que diz que não é possível assinalar, ao mesmo tempo, a velocidade e a posição de uma partícula, todo mundo ficou aterrorizado, porque parecia que a racionalidade do universo tinha sido destruída. Daí surge o famoso protesto de Einstein: “*Deus não joga dados com o universo*”. Então, o problema é confundir o universo com a sua medida. Apenas ela é incerta.

Por que se inventou essa história de que a revelação dos números irracionais implodiu a escola pitagórica pelo fato de os pitagóricos acharem que os números eram sagrados? E por que, aliás, os pitagóricos achavam os números

sagrados? O que havia de sagrado nesses números? Prestem atenção: se os números eram efetivamente sagrados, e se eles eram a verdadeira substância da realidade por trás das aparências, então é evidente que aquilo que dissolvesse a ordem lógica dos números e a ordem matemática representaria como que o predomínio do caos do próprio universo. Se existem os números irracionais, os números não são mais sagrados, e tudo cai.

Eu acho que o único no mundo que entendeu o pitagorismo foi Mário Ferreira dos Santos. De resto, todo mundo escreveu besteira a respeito, mesmo nos melhores livros, porque jamais tentaram examinar a coisa a não ser desde um ponto de vista criado por toda a tradição dessa historinha consagrada sobre os pitagóricos. Então, entra-se numa espécie de círculo repetitivo em que os erros geram novamente os mesmos erros. Em primeiro lugar, há de se perguntar por que se consideram os pitagóricos idiotas que cultuavam os números, transformando-os numa espécie de seita, como a de Rajneesh, em que colocam um número no altar e se prosternam diante dele. Por que depreciar as inteligências antigas? É claro que os pitagóricos tinham algumas esquisitices. Por exemplo, eles acreditavam na transmigração — [a crença de que] quando alguém morria, se transformava num animal, o que impedia o sujeito de comer um porco, já que este poderia ser um amigo seu que morrera ontem. Eles tinham essas esquisitices, mas quem não tem? Por conta de duas ou três delas, transformar todo o universo deles numa espécie de sistema de esquisitices é fazer-se de muito superior em vez de tentar entendê-los. Por um lado, Pitágoras é reconhecido como um dos fundadores da ciência matemática, e, por outro, como um imbecil supersticioso que cultuava os números. Mas as duas coisas não são possíveis ao mesmo tempo; o que ele via de sagrado nos números tinha de ser alguma outra coisa, e quem explicou isso pela primeira vez foi Mário Ferreira dos Santos. Os pitagóricos consideravam os números "sagrados" porque estes não eram simples números no sentido aritmético ou matemático moderno, mas *formas lógicas e leis ontológicas*. Não se tratava [apenas] de "um", "dois", "três", "quatro", embora fossem assim formulados verbalmente. Tratava-se de unidade, dualidade, trindade, quaternidade etc. Não por coincidência, cada um desses números expressa efetivamente leis ontológicas absolutamente invencíveis e de necessidade absoluta. Por exemplo, tudo o que existe tem de ter alguma unidade. Como dizia John Duns Scot: "*O um e o ser se convertem um no outro; são a mesma coisa*". Ser algo é ser um; se for dois, já não é uma coisa, mas duas. Portanto, ser alguma coisa é ter alguma unidade.

Esse princípio é absolutamente universal: quando se encontra um fenômeno, um ser aparente cuja unidade não se consegue captar, aquilo está num estado de existência nebuloso e incerto, e não se sabe se ele existe ou se é uma aparência de outra coisa. É óbvio para todo mundo que só quando se apreende a unidade do ser é que se tem alguma idéia do que ele é. Porém, essa idéia de unidade tem uma implicação imediata. Se perguntarmos o que é unidade em sentido absoluto, [descobriremos que] só uma coisa pode sê-lo: o todo universal. Todo o resto, que está dentro dele, é múltiplo e variado. Somente a totalidade universal existe sob a forma absoluta de unidade, e essa totalidade universal é, também, infinita. Logo, só existe unidade efetivamente na totalidade infinita; tudo o mais tem unidade precária ou relativa. Nós mesmos temos unidade durante a vida, mas nós mudamos. Eu já não sou o mesmo que eu era quando tinha três [0:20] anos: todas as células do meu corpo, as minhas idéias, os meus hábitos já mudaram, mas, por baixo dessa variedade de

estados e dessa sucessão de mudanças, conservo alguma unidade, que, no entanto, é entendida como uma unidade relativa, e não absoluta, eterna e imutável — [esta última], a *unidade do ser* de que falava Parmênides, só pode existir na escala da totalidade universal, a qual é infinita.

A unidade já tem dentro de si essa duplicidade de aspectos: ela é unidade e infinitude ao mesmo tempo — não tem como não ser assim. O que quer que seja finito afirma, automaticamente, a existência de uma alteridade. Uma coisa é finita porque depois dela existe outra, e ela não pode ser unidade absoluta, mas relativa. A unidade absoluta, que só existe no campo da totalidade universal, tem de ser também infinita. Portanto, a unidade contém dentro de si, e não fora, esta dualidade: ela é, ao mesmo tempo, unidade e infinitude. As outras coisas são unidades relativas, porque terminam em algum lugar, quando elas afirmam a alteridade, não é a sua alteridade interna, mas a de uma outra coisa. Por isto mesmo os pitagóricos consideravam o número 2 o número da geração e da produção de outras coisas, o número da alteridade. Se existe uma coisa e existe outra, há, portanto, uma dualidade, que, por sua vez, expressa uma das propriedades da própria unidade, que é a sua infinitude — infinitude de uma multidão de elementos que estão dentro dela e que a compõem, mas que, considerados uns em relação aos outros, não são a mesma coisa, mas coisas separadas. A possibilidade da alteridade quantitativa — quando se tem aqui uma coisa e ali outra — está dada pela alteridade interna da própria unidade, que é ao mesmo tempo unidade e infinitude.

Considerados assim, os números 1 e 2 — e todos os demais números — não são números ou quantidades: são, por um lado, formas lógicas, e, por outro lado, leis ontológicas. Nesse sentido, esses números são indivisíveis. Considerados como leis ontológicas, o 1 é o 1, o 2 é o 2, o 3 é o 3, e assim por diante, mas não pode haver uma forma lógica do 3,5, do 3,7, e muito menos do 3,123217915..., porque tais leis ontológicas seriam formuláveis, seriam a forma da falta de forma, a forma do informe. Evidentemente, o informe como tal não teria em si o seu próprio fundamento ontológico, teria de ser apenas uma aparência. Isso quer dizer que o "culto" dos números inteiros entre os pitagóricos revelava a consciência que eles tinham da existência de uma estrutura do ser, dentro da qual poderia haver, além do ser, uma série de aparências internas mutáveis, que não são propriamente realidades e que são intelectualmente inapreensíveis, embora possam *acontecer*. Estas são as anomalias: coisas que acontecem, e acontecem porque tudo aquilo que existe dentro da unidade absoluta não é a unidade absoluta, são unidades relativas. Essas unidades relativas não podem, nem consideradas independentemente, nem todas elas consideradas uma a uma, conter em si a perfeição total da unidade absoluta. Então, existem necessariamente a imperfeição, a anomalia, o desvio etc. Esses desvios podem ser em número ilimitado, mas, ao mesmo tempo, eles não contêm em si a sua própria razão de ser. Eles são mais ou menos como as figuras que as nuvens formam, que ora parecem um camelo, ora uma pessoa, ora uma tartaruga, mas que são apenas nuvens mudando de forma o tempo todo. Esse é o mundo das aparências, por trás das quais existe uma estrutura ordenada que permanece de algum modo, e que é, esta sim, cognoscível.

A pista para essa estrutura cognoscível são justamente os princípios da unidade, da dualidade, da trindade etc., que Mário Ferreira expôs tão

brilantemente, até o número mil e tanto, no livro *A Sabedoria das Leis Eternas*. Eu acho que ele foi o primeiro sujeito que tratou os pitagóricos com algum respeito, não fazendo deles figuras folclóricas, idiotas adoradores de números, capazes de estrangular um sujeito só porque ele disse que existe o número irracional. Quem o descobre é o próprio Pitágoras. Quando ele elabora seu Teorema, está dado ali o número irracional, se a hipotenusa for medida. Mas só se pode querer medir a hipotenusa se a figura geométrica tal como concebida visualmente não é suficiente e se quer falar dela numa outra linguagem, que é a linguagem aritmética, e na passagem da figura física da hipotenusa para a sua expressão numérico-aritmética existe, evidentemente, um hiato, um desvio, uma diferença — uma *décalage*, como dizem os franceses —, que não é culpa da hipotenusa, mas de quem quer forçar uma linguagem a uma coisa que não está adequada a ela.

No entanto, quem quer que, embora tendo descoberto os números irracionais, admitindo-se a existência deles, ainda tenha na cabeça um pouco do preconceito ou da superstição da sacralidade dos números, por ter ouvido o ensinamento pitagórico de maneira diminuída ou já deformada, chegará às conclusões que Zenão chegou — confundirá o espaço com a medida do espaço, e então nunca poderá ir a parte alguma, porque para percorrer uma distância, terá de percorrer a metade da distância, e a metade da metade, e assim por diante. Ora, mas para que Aquiles tivesse realmente essa tremenda dificuldade de percorrer duzentos metros — porque, para percorrer duzentos, ele teria de percorrer cem, e, para percorrer cem, teria de percorrer cinquenta — seria preciso que os passos dele fossem decrescentes, e ninguém anda com passos decrescentes, todo mundo anda com passos regulares. O que é decrescente é a medida, não é a distância nem os passos. Quem acredita ingenuamente que ao passar do objeto para a sua medida passou do inexato para o exato, do vulgar para o científico, toma a medida e a consagra como se ela fosse a realidade, renegando [a própria] realidade como algo vil e desprezível porque está neste mundo de imperfeições, enquanto os números estão no céu das leis eternas. Esse é o erro mais permanente dos filósofos — e da ciência também —, e volta a acontecer incontáveis vezes. Passa-se das coisas para os números no intuito de transitar do imperfeito para o perfeito, do indefinido para o definido, e, portanto, do incontrolável para o controlável. Os números, as medidas, dão uma impressão de controle. Porém, se exerço controle [0:30] sobre uma coisa, é porque o meu controle não é a coisa, mas um elemento externo que se introduz nela.

Vamos supor que eu estivesse tentando treinar um elefante ou um cachorro. Todos os truques que eu fizesse para convencê-los a me obedecer não têm nada a ver com [o elefante ou] com o cachorro, foi eu que inventei os truques. Eu estaria, sobretudo, colocando o elefante ou o cachorro dentro de um esquema lógico que só eu compreendo e eles não. Ou seja, esse ardil, esse esquema que eu montei para induzir o bicho a fazer isto ou aquilo não é compreendido pelo bicho. Ele só compreende uma parte dos estímulos que eu lhe fiz, é justamente porque ele não compreende o esquema como um todo que ele cai dentro da arapuca que eu lhe armei. Por exemplo, se eu quero que o bicho saia da minha sala, lhe ofereço uma salsicha. [Quando] coloco a salsicha lá fora, ele sai da sala, e eu garanto que ele está prestando atenção somente na salsicha. Quando percebe que saiu da sala e que fechei a porta, ele não entende nada que aconteceu.

Com a medida ocorre exatamente isto: nela, as coisas são colocadas dentro de uma rede de relações que dela não fazem parte, mas que é produto da mente e da intenção que a criou. Isso significa que a medida de uma coisa nunca é a coisa. Medir é comparar uma coisa com outra coisa, não com ela mesma. O tamanho de um elefante comparado com ele mesmo é indefinido, mas é possível dizer que ele é maior do que uma tartaruga e menor do que uma montanha, por exemplo. Só que os elefantes, para existirem, não dependem nem de tartarugas nem de montanhas. Se toda medição é uma comparação e comparar significa juntar dois pares, esses pares juntados não podem fazer parte da constituição da própria coisa. Só se pode comparar uma coisa com outra coisa existente ou com uma unidade de medida que se inventou — que não deixa de ser algo, embora imaginário. Isso nos indica que quanto mais exata for a medição feita, mais se está olhando o objeto apenas pelo ponto de vista do interesse que se tem nele, e não daquilo que ele é em si mesmo.

Eis aí o porquê de o progresso da técnica, que é o progresso da manipulação dos objetos, ter sempre este preço a pagar: quanto mais exatamente se consegue manipular as coisas, menos se as compreende em si mesmas — o que é o mesmo que dizer que quanto mais poderoso se fica, mais burro você se também. Isso é inevitável! Porque se há certo domínio técnico sobre algo, é normal que se deseje olhá-lo somente pelo aspecto daquilo que se domina e que se esqueça o resto como se fosse um fator irracional desprezível. Acontece que essa parte que eu domino não está no objeto, está em mim; ela não reflete elementos da própria constituição do objeto, mas elementos daquilo que eu pretendo fazer com ele.

Os pragmatistas — [como] Charles Sanders Peirce e William James — já no século XIX perceberam esse fenômeno e o generalizaram como se ele fosse uma lei que dissesse: “Todo conceito que se tem de uma coisa não tem nada a ver com a coisa, mas expressa apenas aquilo que se quer fazer com ela”. Isto se aplica a praticamente todos os conceitos científicos, sobretudo os tecnológicos. Mas se absolutamente todos os conceitos fossem assim, eu não poderia perceber que o são, porque eu não teria como perceber a diferença entre a coisa e o que eu quero fazer com ela. Então existe, evidentemente, dois tipos de conceito: o conceito objetivo, que expressa o que a coisa é em si mesma e na máxima medida da minha capacidade de percepção, e o conceito científico técnico, que expressa apenas aquilo que eu pretendo fazer com a coisa e que, para mim, passa a representá-la como se fosse ela [própria]. A quase totalidade dos casos de erros filosóficos monstruosos nascem desse problema, e este, [por sua vez], nasce de alguém que cria um conceito para manipular uma coisa e, em seguida, joga a coisa fora, ficando só com o conceito, com aquilo que pretende fazer com ela; ele não está falando da coisa, mas dele mesmo, e acredita que está falando dela.

A redução de cada coisa aos seus usos técnico-científicos é um grande paradoxo. Por um lado, essa operação permite que se exerça uma ação mais eficaz sobre a realidade, e, por outro lado, [com] ela [se] está fugindo da realidade para poder manipulá-la. Eu não quero saber o que a coisa é, eu só quero saber no que transformá-la. No século XIX, essa operação, com todas as conseqüências técnicas positivas e conseqüências cognitivas desastrosas que traz, é consagrada, de um lado, pelos pragmatistas, que dizem que todo

conceito é assim — o que é impossível, pois só os conceitos técnico-científicos o são. Já os conceitos ontológicos, não. Se todos os conceitos fossem do tipo técnico-científicos, sequer seria possível saber que isso acontece, porque não se conseguiria distinguir entre o objeto das ações e a própria ação. Se é possível distinguir, é porque nem tudo o que se pensa do objeto expressa só o que se quer fazer com ele, mas algo expressa o que ele é realmente em si mesmo, independentemente da ação de alguém.

Por outro lado, a mesma operação é consagrada pelos marxistas, quando dizem que o que importa não é interpretar o mundo, mas transformá-lo. Em toda a tradição marxista a transformação de uma situação ou de uma coisa é consagrada como o único modo válido de conhecê-la: a *práxis*. Acontece que, tal como eu observei no livro *O Jardim das Aflições*, se alguém arranca uma árvore e a transforma numa cadeira, só pode conhecer de agora em diante a cadeira; não pode conhecer a árvore, porque ela não existe mais. Eu até reproduzi ali um belo poema¹ de Antonio Machado, em que ele celebra uma árvore, uma árvore caída, a qual ele observa e diz: “*Deixe-me aqui anotar o que és, antes que alguém te transforme em alguma coisa; alguém te transformará num móvel ou [te] queimará na lareira, e então serás outra coisa, não existirás mais. Mas eu estou te vendo agora como és*”. Nesse poema de Antonio Machado eu acho que está contida a crítica mais devastadora a erros tradicionais da filosofia que na própria época de Antonio Machado, ou até um pouco antes, estavam sendo consagrados como normativos. Toda a filosofia da *práxis* não passa de querer mudar a situação em vez de compreendê-la, mas ela, depois de ter mudado, não existe mais, e não há como compreendê-la. Por exemplo, eu posso transformar uma pessoa que não estou compreendendo num cadáver, então não precisarei mais compreendê-la: dou-lhe um tiro na cabeça e pronto. Por que eu teria o trabalho de compreender alguém se posso mandá-lo para o bebeléu? A filosofia da *práxis* é, na verdade, a desistência de compreender. Ela consagra a ação transformadora e, portanto, consagra o sujeito ativo como se [este] fosse o centro da realidade, e ainda tem a cara de pau de dizer que [isso] é materialismo! Que raio de materialismo é esse em que só o sujeito existe e o todo o resto são aparências que serão modificadas? Este é o idealismo subjetivo do [tipo] mais doido que já existiu — mais doido do que o de Zenão. [0:40] Aí não há materialismo algum.

Do mesmo modo, no pragmatismo, cujo desenvolvimento é mais ou menos contemporâneo ao marxismo e que até hoje lhe acompanha (até hoje existem pragmatistas e marxistas), acontece exatamente o mesmo erro de confundir a coisa com o que se quer fazer com ela. Se os pragmatistas dizem que o conceito de uma coisa não expressa o que ela é, mas o que se quer fazer com ela, a pergunta é: *com que coisa?* Se a coisa não é nada em si mesma, eu não posso fazer nada com ela. Prestem bem atenção: até um rolo de papel higiênico tem de ser alguma coisa para que alguém faça algo com ele. O uso que se quer fazer dele é um projeto que está na mente [de quem projetou], é algo *a ser feito* e que, portanto, não existe *ainda*. Alguém alguma vez já conseguiu limpar o traseiro com um rolo de papel higiênico que não existe ainda? Ninguém consegue fazer isso. Eu [até] já testei o pragmatismo ao tentar usar o conceito de rolo de papel higiênico em vez de usar o rolo em si. Não funciona!

¹ O poema se chama “A Un Olmo Seco” (“Para Um Olmo Seco”).

É assim que a Filosofia cai em erros ridículos, pueris, e eles se repetem ao longo dos séculos por causa da ilusão do domínio do universo pela inteligência humana. Se se eleva o sujeito a centro do universo, origem e fonte de todas as coisas, ele se autodivinizava de algum modo. “Só existe eu”, [pensa]. Karl Marx, por exemplo, só entende a natureza como matéria-prima, coisa a ser transformada pelo ser humano. Mas, antes de aparecer o ser humano, a natureza não era nada? Se ela não era nada, onde apareceu o ser humano? Dentro do inexistente? Não, ele teve de aparecer em uma natureza que já existia, que já era algo independentemente dele e que só se torna matéria-prima para ele muito tempo depois. Ainda: não é toda a natureza que é nossa matéria-prima, só um pedacinho insignificante dela. Por exemplo, o poço de petróleo mais profundo que já cavaram não chega ao centro da terra. Quer dizer, só um pedacinho da superfície está sendo usada, o resto não é matéria-prima coisa nenhuma; é simplesmente uma *presença* que nos cerca, dentro da qual estamos, e que jamais se submeterá inteiramente aos nossos planos.

A idéia de que o ser humano possa dominar o universo é a idéia mais estúpida [que alguém já teve], porque se o ser humano dominasse o universo, todo o universo seria matéria-prima de sua ação e lhe teria uma existência subordinada. [Isso] é o mesmo que dizer que o ser humano abrangeria o universo inteiro, que não passaria de uma propriedade dele — propriedade no sentido lógico e também no sentido jurídico. Ou seja, o universo passaria a existir dentro de nós e não nós dentro dele. Difícil é explicar isso a um recém-nascido, que não está sabendo de nada, não é proprietário de matéria-prima alguma e não transforma coisa nenhuma (a não ser o estado das suas fraldas).

Se, alegando que eu acabei descrever o fenômeno [em âmbito] cultural, me perguntassem como ele é produzido psicologicamente, dentro da cabeça de cada um, eu lhe responderia que esse erro é produzido no corte da memória, na recordação inexata dos próprios processos mentais. Ou seja, você cria um esquema, em seguida esquece que foi você que o criou e passa a tomá-lo como se fosse a coisa mesma. É a velha história do Golem, o monstro de barro que, após ser construído, toma vida própria e começa a perseguir o seu criador. Isso quer dizer que esse processo de apropriação intelectual cognitiva e tecnológica do universo vive criando golems, e somos assombrados por monstros de nossa própria invenção porque nos esquecemos de que fomos nós que os inventamos.

Existem, portanto, na produção desses efeitos uma série de etapas, vários processos mentais que foram sendo vivenciados. O primeiro desses processos é a percepção de alguma coisa. Se Zenão não tivesse percebido Aquiles e a tartaruga, não teria feito nenhum raciocínio sobre Aquiles e a tartaruga; ele teve de perceber. Esta é a primeira condição para o conhecimento de qualquer coisa: a *intuição*. Na linguagem popular, intuição é usada como pressentimento, “sacação”. Mas filosoficamente, na linguagem técnica da filosofia, intuição é *percepção imediata de uma presença*. Não se pode haver intuição do ausente, logo isso que chamam de intuição é exatamente aquilo que não pode ser intuído. Eu só posso intuir o que está na minha cara, porque [a intuição] é um conhecimento sem intermediários — ou, no máximo, tendo como intermediário o meu próprio corpo, a minha percepção sensível. Ou seja, [a intuição] é uma coisa que eu não conheço mediante um esquema que eu

montei, mas mediante uma percepção. *Percepção* vem do latim *capio, capere*, que quer dizer “pegar”, “agarrar”, e *per*, que significa “em volta”. Portanto, [perceber] significa agarrar a coisa inteira pela sua presença. Por exemplo, quando você come um prato de arroz e feijão, não está comendo um aspecto ou o conceito de arroz e feijão, mas o próprio arroz e feijão inteiro. [Ou] quando você vai para cama com a sua digníssima, não está transando com um pedaço, com um aspecto ou com um conceito dela: você tem de levá-la inteira — se esqueceu um pedaço na sala, vá lá e o traga de volta. É por isso que [a palavra contém] *per*: [porque se trata de] uma apreensão completa e imediata.

Sem intuição não existe conhecimento de nada; até os animais a têm, por mais limitada que seja. Mas não basta ter intuição: o segundo elemento é a memória. O próprio Aristóteles, no começo da *Metafísica*, diz que os vários graus de conhecimento entre os animais dependem de eles terem memória. Quanto tempo dura a memória? [Por] quanto tempo se é capaz de reter algo que se percebeu? Se percebo algo e começo a pensar sobre ele, no instante em que estou pensando já não estou olhando para o objeto, mas para a *forma* dele que eu conservei na memória. E a forma já é uma seleção. Por exemplo, quando vejo uma vaca, sei que ela está cheia de leite, mas a forma dela que se conserva na minha memória não tem leite nenhum — senão começaria a vazar leite pelo meu ouvido, nariz etc. Eu conservo uma forma esquemática da vaca, que se reporta a uma vaca existente que, [esta sim], estava cheia de leite, e eu não preciso ter leite na cabeça para lembrar disso. O trânsito da percepção para a memória e depois para o pensamento — os raciocínios que fiz não sobre a vaca, mas sobre a forma que conservei na memória, para a qual dei um nome e a partir do que pude fazer o raciocínio —, tudo isso se reporta a uma vaca anterior, que não era sequer uma percepção: era uma coisa, que se transformou em percepção, que se transformou numa forma da minha memória, que se transformou num conceito, que se transformou, [enfim], num raciocínio. Ninguém consegue fazer de outra maneira. Só quem consegue pensar sobre *coisas* é Deus; nós pensamos sobre *signos* de coisas. É justamente aí que temos de nos lembrar da nossa limitação, da nossa deficiência, e de que os signos de coisas que se conservam na memória não são as próprias coisas, mas têm uma dívida para com elas. Ou seja, temos de retornar às coisas de novo, e de novo, e de novo, para que o nosso raciocínio sobre elas valha alguma coisa. Quando chegamos a uma conclusão [sobre uma coisa], não basta que voltemos e examinemos a forma do raciocínio para ver se ele é correto; temos de voltar e examinar *a coisa*. [0:50] Suponham que aqui há uma vaca e um touro, e que eu raciocinei e cheguei à conclusão [de que] só quem dá leite é a vaca, a fêmea, e eu só sei que essa conclusão está certa porque volto a examinar o touro, esperando que ele dê leite, e ele não dá.

Esse retorno do pensamento à realidade marca o limite das nossas possibilidades. Todo o nosso pensamento é nada se não existe em torno de nós a presença do universo ilimitado, ao qual nós temos de retornar continuamente, sabendo que o nosso conhecimento está subordinado a ele, e não o contrário. Acontece que Zenão, ao fazer o seu raciocínio, toma Aquiles, a tartaruga e a sala, guarda-os na memória e em seguida mede mentalmente esta forma conservada na memória. Ou seja, ele transforma essa forma, essa figura, numa medida, a analisa, e acredita que o que dela concluiu se aplica não apenas à forma que está na sua memória, mas ao objeto correspondente. Este erro reside na memória: ele se esqueceu do que estava fazendo; ele foi

infiel à sua memória. Ele foi fiel ao pensamento, no curso do qual ele corta o fio da memória e já não se lembra mais do que fez no começo. Praticamente todos os erros em filosofia surgem disso. Portanto, se alguém [me] perguntar onde está o senso da verdade, lhe direi que está na memória.

O problema da memória é que ela tem a mesma função da imaginação e da fantasia: ela cria formas. Só que as formas podem ser criadas de acordo com a pauta obtida dos objetos percebidos ou livremente, de acordo com os desejos. Eu posso, por exemplo, tentar lembrar de uma casa que vi ou posso inventar uma; a função é exatamente a mesma. É como desenhar de memória algum objeto da natureza — uma maçã, uma mulher pelada (eu desenhei muitas mulheres peladas na Escola Panamericana de Arte), qualquer coisa. [Lá tive] lições inesquecíveis com o meu grande professor Luigi Neviani, e aprendi muita coisa não só sobre desenho, mas também sobre observação. Ali eu vi a tendência incoercível que a mente tem de se desviar do objeto percebido e criar sua própria forma, por ela parecer mais lógica e coerente. Então vinha o professor e [me] dizia: “Não, é assim, olhe de novo”. Quando eu olhava, via que realmente a curva não era como eu a percebera, o umbigo não estava exatamente onde eu o imaginara, e assim por diante.

Esse retorno à natureza mostra a sujeição do nosso pensamento a um universo infinito que nos transcende, que nós não criamos, que seríamos incapazes de inventar e do qual dependemos para tudo. Porém, segundo observou Wilhelm Worringer em seu livro sobre o estilo gótico², o ser humano fica aterrorizado quando vê o tamanho do universo. É como disse Pascal: “A solidão desse espaço infinito me apavora”. E existe não somente o espaço infinito, mas também todo o tempo que nos antecedeu. Aparecemos aqui depois de não sei quantos milhares ou milhões de anos, e não sabemos o que ficou para trás nem o que vem pela frente. O universo não está à nossa mercê. Então, que fazemos? Refugiamo-nos nos nossos pensamentos, que dominamos, e em seguida fazemos a mágica de supor que o universo obedece às suas formas. Mas como demonstra o Teorema de Pitágoras, isso não acontece. Há um ponto em que temos de optar: o nosso pensamento diz que a medida da hipotenusa é infinita, que não posso terminar de medi-la jamais, e, no entanto, [quando] olhamos [para] a hipotenusa, vemos que ela termina em algum lugar.

Então, em vez de buscar o que é o senso da verdade, devemos tentar abordá-lo por este aspecto: onde ele *falha*. E ele falha justamente na fidelidade à memória. Isto é o verdadeiro senso da verdade, e é por isso que só existe senso da verdade *na confissão*. Eu tenho de confessar para mim mesmo o que *já sei* para, a partir daí, poder descobrir o que *não sei*. Se não, o que eu descobrir daí para adiante é falso, porque será baseado nesse salto do conhecido para o pensado. Sem isso não existe ciência.

Há um imbecil, um tal de Rafael Queiroz, dizendo que, ao afirmar que só a consciência individual conhece a verdade, eu estou violando o ensinamento da Santa Igreja, porque [ela] é um magistério coletivo. Ele disse que eu não acredito que o Magistério coletivo da Igreja possa assegurar a fé, só a consciência individual o pode. Eu disse isso e o repito: *o Magistério da Igreja*

² *Formprobleme der Gotik* (“Problemas Formais do Gótico”. R. Piper & Co., Verlag, Munique, 1912).

não pode assegurar fé nenhuma. Ele só pode assegurar a fidelidade da transmissão da Revelação. Onde está a fé? Na letra do dogma? Não, a fé está na alma do crente. Se o Magistério da Igreja pudesse assegurar a fé, bastava ele proclamar um dogma e todo mundo teria fé. Isso tem de ser processado na consciência individual para se transformar em fé. Uns aceitam, outros não. Portanto, o elemento decisivo é o *livre arbítrio humano*. O imbecil não percebe que o que ele está dizendo “em defesa do Magistério da Igreja”, desmente o dogma do livre arbítrio. Se existe o livre arbítrio, então a alma individual, a consciência individual, está livre para confessar a verdade ou para negá-la, e estará sempre livre. Ela é o ponto decisivo; só *nela* existe conhecimento. Não existe conhecimento no dogma: existe verdade, coisa completamente diferente. Verdade não é conhecimento. No dogma, há uma verdade que está para ser conhecida, mas o conhecimento só acontece na alma do indivíduo, que recebe a mensagem e a compreende e aceita ou não.

Se pensarmos bem, o erro de Rafael Queiroz é o mesmo de Zenão: ele fez uma operação mental, confundindo a *transmissão* do dogma com o fenômeno da fé, e, a partir daí, começa a raciocinar até chegar ao absurdo [de dizer que] o Magistério da Igreja assegura a fé. Claro que não! Nem Jesus Cristo assegura a fé. Se ele quisesse impor a fé a todo mundo, todos teriam fé. [Mas] uns têm e outros não têm, porque existe o livre arbítrio. Deus bate na sua porta, você manda embora. Ele pode insistir, pedir, implorar, chorar, mas você pode não aceitar. Então, a fé depende do livre arbítrio. Claro que ela depende da assistência do Espírito Santo, mas se você manda O manda embora uma vez, duas vezes, então acabou.

O livre arbítrio é uma coisa intransponível. O próprio Deus não viola o livre arbítrio humano, no qual está fé e do qual ela depende. Sozinho você não faz isso, claro, você precisa da assistência do Espírito Santo, mas o que lhe permite pedir a assistência d’Ele é o seu livre arbítrio. Se não existisse a possibilidade de pecar contra o Espírito Santo, o fenômeno da fé sequer existiria! [Mas] você pode rejeitar toda a Verdade. [1:00] O Concílio Vaticano I, do começo do século XX, baixou um decreto dizendo que quem assiste aos milagres e continua não crendo, comete pecado contra o Espírito Santo, porque está negando o que sabe. Isso só pode acontecer porque existe o livre arbítrio. Portanto, não cabe ao Magistério da Igreja assegurar a fé de ninguém. Ele oferece a perspectiva da fé, a justifica, a ensina, mas não pode obrigar ninguém a tê-la.

Então, o processo do conhecimento se dá somente na consciência individual, e todo processo cognitivo depende destes três elementos: intuição, memória e fidelidade à memória. Isso está por baixo de todo o método científico; não fosse isso, nem haveria a possibilidade de método científico. Se alguém me criticar porque estou fazendo tudo depender da intuição individual, enquanto ele possui o método científico, que, segundo ele, é muito melhor, está serrando o galho onde sentou. O método científico depende de que o sujeito seja capaz de confessar o que viu e o que sabe, ou então mesmo os resultados mais espetaculares dos experimentos científicos nada lhe dirão, porque ele pode mudá-los em sua cabeça. Portanto, a base de todo conhecimento é esta: só existe um único método cognitivo real que está ao alcance do ser humano — o método da confissão.

Então, acho que por hoje é só. Relembro-lhes do curso “A Crise da Inteligência Segundo Roger Scruton”, de 24 a 29 de novembro. Inscrições com o misterioso sr. Eduy. Telefone: (041) 9650-9671/3209.

Hoje eu não farei o intervalo para perguntas. Essa aula foi um pouco mais comprida do que as outras e acho que foi bastante difícil. Vocês têm bastante o que pensar depois, e deixarei as perguntas para a semana que vem. Durante o período em que eu estiver no estado do Maine caçando ursos, não haverá aula, mas será somente uma semana — se o urso não me comer, voltarei a dar aula logo em seguida. No dia 29 teremos um *hangout* com a Kelly Amanda, a Cris Corrêa, a Isabela Vasconcelos, a Gabriela Barcelos, e outras garotas. [São] todas moças maravilhosas que tiveram a gentileza de me fazer umas perguntas, e o *hangout* será sobre o amor humano. Elas puseram [como título] “Considerações Filosóficas”, mas eu não sei se são considerações filosóficas. Eu só vou falar de coisas que eu sei da minha vida pessoal e que não sei se servem aos outros, mas espero que ajude em alguma coisa. Por hoje é só, até semana que vem e muito obrigado!

Transcrição: Felipe Vitorino e Charles Santos
Revisão: Pedro Carlos.